

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Caros cooperadores,

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Direção e supervisionou os atos de gestão e os registos contabilísticos da Cooperativa relativos ao ano transato, vindo agora, no cumprimento da Lei e dos Estatutos, apresentar o seu Parecer ao Relatório de Gestão e Contas de 2022 e à Proposta de Aplicação dos Resultados, ambos da responsabilidade da Direção.

A situação económica e financeira da Cooperativa continuou a melhorar no último ano, pese embora o impacto negativo da conjuntura, marcada por pressões inflacionistas relacionadas com o restabelecimento das cadeias logísticas, perturbadas pela pandemia e com o deflagrar do conflito armado na Ucrânia.

O controlo de custos manteve-se apertado em 2022 e recuperaram-se receitas relacionadas com as atividades que, em anos anteriores, tinham ficado comprometidas pelas medidas de combate à pandemia. Isto repercutiu-se positivamente na situação da tesouraria.

Por outro lado, a Direção prosseguiu o esforço de investimento em atualizações, reparações e manutenção das instalações e da infraestrutura informática da sede da Cooperativa. O registo contabilístico da nova tribuna que foi instalada no salão originou um aumento extraordinário do valor das depreciações. Estas duas situações combinadas acarretaram que o Exercício de 2022 fechasse com resultados negativos, ainda assim menores que em 2021.

Perante todas as incertezas macroeconómicas que vivemos e considerando a fragilidade da situação económica e financeira da Cooperativa, a Direção deve continuar muito prudente no controlo dos custos e na gestão da tesouraria, para assegurar maior resiliência face a uma eventual degradação da conjuntura.

Pesam ainda sobre a atividade da Nova Morada outros desafios que era importante terem desenvolvimentos relevantes ou mesmo um desenlace definitivo em 2023, nomeadamente: 1) chegar a um acordo com a Câmara Municipal de Oeiras sobre uma solução equilibrada e sustentada para prosseguir a obra do Pavilhão; e 2) concretizar o contrato promessa para alienar o terreno de Porto Salvo em condições que permitam não só reduzir os riscos para a Cooperativa, mas também maximizar o seu valor.

A Certificação Legal de Contas, elaborada pela BDO & Associados, SROC dá confiança ao Conselho Fiscal relativamente à qualidade e transparência dos registos contabilísticos e anexos da Cooperativa.

Consequentemente, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão e Contas de 2022;
- A proposta de aplicação de Resultados.

Paço de Arcos, 14 de junho de 2023

O CONSELHO FISCAL

